



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.  
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130  
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740  
Site: [www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br](http://www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br)  
Email: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)

**EDITAL DE COMPRA DIRETA 2978/2021**  
**PROCESSO SES 146396/2021**

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**OBJETO: Contratação de serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames) – HGMTR** conforme especificações constantes do Anexo I.

**ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 23h00min. do dia 18/11/2021**

**1 – PROPOSTA**

**1.1** – A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br) ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 – Centro – Florianópolis – SC.

**1.1.1** – A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

**1.2** – A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

**1.3** – A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

**1.4** – O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

**1.4.1** – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**1.4.2** – Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

**1.4.2.1** – Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

**1.4.2.2** – Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

**1.4.2.3** – Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

**1.4.2.4** – Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

**1.4.3** – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

**1.4.4** – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;

**1.4.5** – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**1.5** – A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de

Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

**1.6** – Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

**1.7** – A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

**1.8** – Apresentação de proposta por empresas sediadas em Santa Catarina:

**1.8.1** - Certificado de Regularidade técnica vigente, expedido pelo órgão de classe no qual o laboratório está inscrito;

**1.8.2** - A licitante deve apresentar, no mínimo, um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, com vínculo comprovado com a empresa, seja em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho), sócio (contrato social ou instrumento jurídico equivalente), ou contrato de trabalho, demonstrando que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa, e a necessidade de apresentação de Responsável(is) Técnico(s) substituto(s);

**1.8.3** - Apresentar registro e inscrição do responsável técnico e da empresa no conselho profissional competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada. No caso das análises clínicas, são exclusivas dos médicos, biomédicos e farmacêuticos bioquímicos.

**1.8.4** - Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS).

**1.8.5** - Alvará sanitário atualizado, expedido pela fiscalização sanitária Estadual ou Municipal.

**1.8.6** - Apresentar declaração expressando compromisso formal de que providenciará alvará sanitário de suas futuras instalações dentro da unidade hospitalar, sendo condição da execução do contrato.

**1.8.7** - A contratada deve comprovar estar cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e deverá manter suas informações atualizadas conforme determinado em documento de seu Sistema de Gestão de Qualidade.

**1.8.8** - A licitante deverá estar em consonância com as RDC 302, de 13 de outubro de 2005, da ANVISA, RDC 306, de 07 de dezembro de 2004, da ANVISA, e RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA, em suas instalações principais.

**1.9** – Apresentação de propostas por empresas sediadas em outros Estados e sem inscrição no CRM/SC e CRF/SC:

**1.9.1** - Certificado de Regularidade técnica vigente, expedido pelo órgão de classe no qual o laboratório está inscrito;

**1.9.2** - A licitante deve apresentar, no mínimo, um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, com vínculo comprovado com a empresa, seja em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho), sócio (contrato social ou instrumento jurídico equivalente), ou contrato de trabalho, demonstrando que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa, e a necessidade de apresentação de Responsável(is) Técnico(s) substituto(s);

**1.9.3** - Apresentar registro e inscrição do responsável técnico e da empresa no conselho profissional competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada. No caso das análises clínicas, são exclusivas dos médicos, biomédicos e farmacêuticos bioquímicos.

**1.9.4** - Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS).

**1.9.5** - Alvará sanitário atualizado, expedido pela fiscalização sanitária Estadual ou Municipal.

**1.9.6** - Apresentar declaração expressando compromisso formal de que providenciará alvará sanitário de suas futuras instalações dentro da unidade hospitalar, sendo condição da execução do contrato.

**1.9.7** - A contratada deve comprovar estar cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e deverá manter suas informações atualizadas conforme determinado em documento de seu Sistema de Gestão de Qualidade.

**1.9.8** - A licitante deverá estar em consonância com as RDC 302, de 13 de outubro de 2005, da ANVISA, RDC 306, de 07 de dezembro de 2004, da ANVISA, e RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA, em suas instalações principais.

**1.9.9** – No momento da contratação serão exigidas as comprovações referentes aos itens 1.9.1; 1.9.3 e 1.9.5 nos respectivos Conselhos Profissionais em Santa Catarina.

## **2.0. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**2.0.1.** Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falência e concordata da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

**2.0.2.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Os balanços das Sociedades Anônimas ou por

Ações deverão ser apresentados por publicação no Diário Oficial, devendo as demais empresas apresentar os balanços autenticados certificados por Contador registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando expressamente o número do livro Diário e folhas em que o balanço se acha regularmente transcrito, (com fotocópia da pág. de abertura e de fechamento do Livro Diário);

**2.0.3.** Demonstrações contábeis, no balanço, da conta de Lucros e Perdas, devendo a empresa apresentar os cálculos de:

**2.0.3.1.** Índice de Liquidez Geral (ILG), calculado pela seguinte fórmula:

$$\frac{AC + RLP}{PC}$$

$$ILG = \text{Resultado IGL} \geq 1$$

$$PC + ELP$$

Onde:

ILG = Índice de Liquidez Geral;

AC = Ativo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo;

≥ = Maior ou igual.

OBS.: Não será habilitada a empresa cujo Índice de Liquidez Geral for inferior a 01 (um).

**2.0.3.2.** Índice de Solvência Geral (ISG), calculado pela seguinte fórmula:

$$\frac{AC}{PC}$$

$$ILC = \text{Resultado ILC} \geq 1$$

$$PC$$

Onde:

ILC = Índice de Liquidez Corrente;

AC = Ativo Circulante;

PC=Passivo Circulante;

≥ = Maior ou igual.

OBS.: Será inabilitada a empresa cujo Índice de Liquidez Corrente for inferior a 01 (um).

**2.0.4.** Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a Secretaria de Estado da Saúde se reservará o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelos licitantes;

**2.0.5.** As licitantes que apresentarem resultado dos Índices previstos no item 2.0.3, alíneas “2.0.3.1” e “2.0.3.2” menor do que 01 (um), deverá comprovar o capital ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

### **3. REGULARIDADE SOCIAL**

**3.1.1.** Declaração emitida pela Empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz) – modelo de uso facultativo.

### **4 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**4.1** – A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

**4.2** – O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

**4.3** – A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;

**4.4** – Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

### **5 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**5.1** – A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos

legais e regulamentares em vigor;

**5.2** – A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

**5.3** – A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

**5.4** – As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

**5.5.1** – A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

**5.5.2** – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

**5.5.2.1** – O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

**5.5.2.2** – Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

**5.5.2.3** – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

**5.5.2.4** – A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

**5.5.2.5** – A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

**5.5.3** – A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

**5.6** – Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

**5.7** – A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

**5.8** – Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja

vantajosidade para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

**5.9** – Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

**5.10** – O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site [www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br](http://www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br).

**5.11** – Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

## **6 - PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO**

**6.1-** As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

**Florianópolis, 11 de Novembro de 2021.**

Núcleo de Compra Direta  
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

**ANEXO I**  
**SERVIÇOS EM SAÚDE - CONTRATO**  
**DETALHAMENTO DO OBJETO**

**Solicitante: HGMTR - HOSPITAL GERAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS**

**Edital nº: 2978/2021 Protocolo: SES 146396/2021**

Item	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	050038001	Análise Clínica Serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames) para HMTR. Média exames por mês: 19.628 Média exames por semestre: 117.768	Serviço	1

**1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

**1.1** – A SES convocará o cotador vencedor, por meio de notificação através de e-mail, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93 e alterações;

**1.2** – Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela cotadora vencedora que tenham servido de base ao presente processo, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexo;

**1.3** – As demais condições contratuais, tais como: prazo e local de entrega, alterações, vigência, rescisão e outras; são as previstas no Anexo II deste edital (Minuta de Contrato);

**1.4** – Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato injustificadamente ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocado outra cotadora, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
HGMTR	Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos	Rua Marechal Deodoro nº 799 Centro – Lages – SC Cep. 88.501-000	(49) 3251-0000

**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**

**1. OBJETO**

**1.1.** Contratação dos serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para a Unidade Hospital e Maternidade Tereza Ramos, conforme requisição SCCD nº 5688/2021.

**1.2. Especificação do Objeto:**

LOTES	NOME DA UNIDADE	CÓDIGO CIASC	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL	FREQ.	SETOR
1	HMTR	50038001	Coleta e execução de exames de análises clínicas conforme descritivos e quantitativos elencados no Anexo I do presente Termo de Referência.	Média exames por mês: 19.628 Média exames por semestre: 117.768	Mensal	Todos os setores de internação

**1.3. Resumo da Despesa:**

<b>Processo SES Nº:</b>	146396/2021
<b>Despesa decorrente de:</b>	( ) Contratação direta ( ) Licitação, ( ) Registro de preço ( ) Convênio ( ) Aditivo a contrato (X) Outro
<b>Existe contrato anterior:</b>	( ) Não (X) Sim Nº Contrato: Valor Mensal: Valor Total:
<b>Valor da despesa:</b>	( ) Parcela única (X) Parcelado em 06 vezes
<b>Período da despesa:</b>	Início em 2021.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

Solicitamos a abertura de novo processo de contratação emergencial para o serviço de análises clínicas para o Hospital Maternidade Tereza Ramos, com vigência a partir de novembro de 2021, quando expira o atual contrato de prestação de serviços nº 277/2021.

Entendemos que essa medida é tempestiva e prudente visto que o processo de licitação para o referido serviço ainda não foi iniciado e, levando em consideração, prazos normais de tramitação, a ocorrência de pedidos de impugnação, entre outras ocorrências rotineiras de qualquer certame licitatório, podem haver atrasos e a necessidade não aconselhada de pagamento administrativo (sem previsão contratual) dos serviços prestados.

Apesar da obviedade, cabe citar que um hospital não pode atender seus pacientes sem a prestação dos serviços de análises clínicas.

Importante esclarecer que a relação de exames permanece a mesma praticada no contrato nº 277/2021.

**3. ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A CONTRATADA deverá prestar serviços nas dependências da Unidade Hospitalar, durante 24 (vinte e quatro) horas diárias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, fornecendo os resultados de acordo com o prazo definido pela necessidade técnica, por unidade hospitalar, localizadas conforme TABELA I abaixo:

Nome	Rua	Bairro	Cidade	CEP	Fone
Hospital e Maternidade Tereza Ramos	Rua Marechal Deodoro, 799	Copacabana	Lages	88501-001	(49) 3251-0000 hgmtr@saude.sc.gov.br

## **4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **4.1. Qualificação técnica:**

4.1.1 Certificado de Regularidade Técnica vigente, expedido pelo órgão de classe no qual o laboratório está inscrito;

4.1.2 A licitante deve apresentar, no mínimo, um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, com vínculo comprovado com a empresa, seja em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho), sócio (contrato social ou instrumento jurídico equivalente), ou contrato de trabalho, demonstrando que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa, e a necessidade de apresentação de Responsável(is) Técnico(s) substituto(s);

4.1.3 Apresentar registro e inscrição do responsável técnico e da empresa no conselho profissional competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada. No caso das análises clínicas, são exclusivas dos médicos, biomédicos e farmacêuticos bioquímicos;

4.1.4 Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS);

4.1.5 Alvará sanitário atualizado, expedido pela fiscalização sanitária Estadual ou Municipal;

4.1.6 Apresentar declaração expressando compromisso formal de que providenciará alvará sanitário de suas futuras instalações dentro da unidade hospitalar, sendo condição da execução do contrato;

4.1.7 A contratada deve comprovar estar cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e deverá manter suas informações atualizadas conforme determinado em documento de seu Sistema de Gestão de Qualidade;

4.1.8 A licitante deverá estar em consonância com as RDC 302, de 13 de outubro de 2005, da ANVISA, RDC 306, de 07 de dezembro de 2004, da ANVISA, e RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA, em suas instalações principais.

### **4.2. Justificar a exigência:**

Para atendimento as exigências dos órgãos competentes, referente à prestação dos serviços objeto deste Termo. A Constituição Federal, ao versar sobre licitações públicas, estabeleceu, em seu art. 37, XXI (BRASIL, 1988), que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações. Assim, as exigências de qualificação técnica para prestação de serviços de análises clínicas constituem somente garantia mínima suficiente para que o futuro contratado demonstre, previamente, capacidade para cumprir as obrigações contratuais, sem comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios realizados pela Administração Pública. Tais exigências foram devidamente fundamentadas no item 4.1 do Termo de Referência de forma que ficaram demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado.

## **5. DA ESTIMATIVA**

### **5.1. Orçamentos:**

## **6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS**

### **6.1. Obrigações da contratada:**

6.1.1 É obrigação da CONTRATADA a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos necessários para a perfeita execução dos serviços;

6.1.2 A CONTRATADA deverá executar os serviços apenas com profissionais devidamente qualificados, selecionados e treinados para o perfeito desempenho dos trabalhos;

6.1.3 Todas as despesas decorrentes da contratação, tais como equipamentos necessários à execução dos trabalhos, adequações de espaços físicos, recursos humanos, todos decorrentes da execução do contrato, ficarão



exclusivamente a cargo da CONTRATADA;

6.1.4 Os equipamentos utilizados pela contratada deverão possuir Registro na ANVISA e plano de manutenção periódica previsto em seu Sistema de Gestão de Qualidade, bem como a apresentação de documentação que comprove esta situação;

6.1.5 A CONTRATADA deverá dispor de informações solicitadas pela SES a qualquer momento, seja em forma de pedido ou de auditoria (técnica ou administrativa);

6.1.6 A CONTRATADA deverá possuir sistema de Controle de Qualidade Interno e Externo para TODOS as análises que se dispõe a realizar, e, na impossibilidade destes, a CONTRATADA deverá demonstrar como realiza estes controles de forma alternativa;

6.1.7 A CONTRATADA se comprometerá à guarda dos dados brutos dos exames nos termos da RDC 302/2005 e deverá comprovar esta condição em sua documentação do Sistema de Gestão de Qualidade;

6.1.8 A CONTRATADA deverá manter em seu Sistema de Gestão de Qualidade os procedimentos realizados no sentido de garantir a rastreabilidade das amostras;

6.1.9 A CONTRATADA deverá utilizar para realização dos exames, somente material de consumo descartável e de boa qualidade, com registro na ANVISA;

6.1.10 A coleta de sangue deverá ser realizada por profissional experiente e capacitado, sob responsabilidade e expensas da CONTRATADA. Nas Unidades específicas como o berçário, UTI pediátrica e UTI neonatal, os serviços de coleta deverão ser diretamente supervisionados e acompanhados pelos profissionais da enfermagem e, caso o método tradicional de coleta de sangue não seja possível, deverá ser utilizado o sistema de microcoleta e micro-técnica para a realização dos exames. Todo material de consumo necessário e utilizado;

6.1.11 Para coleta (seringa, agulha, scalpe, gaze seca e estéril, algodão, bandagem, esparadrapo, luva, tubo de coleta, microtubo, etiqueta para identificação do paciente, swab de algodão, lanceta, descartador de material perfurocortante, e/ou outros insumos e produtos para diagnóstico de uso “in vitro” - reagentes, padrões, calibradores, controles, materiais, artigos e instrumentos), bem como a mão-de-obra utilizada para a coleta e realização dos exames serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem quaisquer ônus à SES;

6.1.12 A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual e coletivo a todas as pessoas ligadas a empresa que estiverem realizando os serviços ou que por algum motivo permaneçam na(s) Unidade(s) da SES;

6.1.13 A empresa deve possuir PCMSO, LCCAT e PGRSS;

6.1.14 A SES exigirá a imediata substituição, na prestação dos serviços, de qualquer empregado ou preposto da contratada que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com os serviços a serem prestados, e com as diretrizes humanísticas institucionais, ficando a CONTRATADA responsável pelo ônus decorrente;

6.1.15 A CONTRATADA deverá estar em conformidade com a Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, da ANVISA, que dispõe sobre o “Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos”, ou outro instrumento legal que venha a substituí-la;

6.1.16 A CONTRATADA deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com os equipamentos similares de propriedade da contratante, informando também a situação e periodicidade de manutenções preventivas e corretivas quando necessário;

6.1.17 A CONTRATADA deverá preparar formalmente os seus colaboradores sobre noções básicas relativas à prevenção e controle de infecção hospitalar, no tocante aos serviços a serem prestados e promover treinamento e educação permanente, comprovada através de documentação pertinente emitida pelo Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA;

6.1.18 A CONTRATADA deverá apresentar as listas de pacientes atendidos e exames com data da realização dos exames realizados para as unidades hospitalares da CONTRATANTE, que somente efetuará a certificação da nota fiscal para os devidos pagamentos após a análise e confrontamento dos dados pela Unidade Hospitalar. Estes relatórios deverão ser feitos entre o primeiro e o último dia do mês em questão e deverão ser apresentados até o 5º dia útil subsequente. As notas fiscais devem ser entregues na respectiva unidade hospitalar solicitante do exame e devem conter o quantitativo de exames discriminados por nome do respectivo exame e código da tabela SIGTAP/SUS ou CBHPM ou Própria SES, juntamente ao quantitativo total mensal;

6.1.19 A CONTRATADA deverá limpar e manter seus equipamentos, bem como a área física em uso, e assumirá total responsabilidade pelo destino dos resíduos químicos e biológicos potencialmente poluidores e/ou contaminantes resultantes das suas atividades laborativas, e responderá também pelos danos ambientais que porventura causarem, sem ônus à SES. Estes procedimentos deverão estar constantes do Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA, incluindo modo de limpeza, periodicidade, entre outros.

6.1.20 Considerando o(s) lote(s) prestado(s) pela CONTRATADA e conforme tabela constante do Anexo I deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá cumprir o estabelecido na RDC 302/05, da ANVISA, que diz que o laboratório clínico e o posto de coleta laboratorial devem possuir um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, sendo que este profissional pode assumir, perante a vigilância sanitária, a responsabilidade técnica por no máximo: 02 (dois) laboratórios clínicos ou 02 (dois) postos de coleta laboratorial ou 01 (um) laboratório clínico e 01 (um) posto de coleta laboratorial;

6.1.21 A Secretaria de Estado da Saúde admite que em caso de impedimento do responsável técnico, o laboratório clínico e/ou o posto de coleta laboratorial devem contar com um profissional legalmente habilitado para substituí-lo;

6.1.22 A CONTRATADA que prestar serviços em Unidade(s) Hospitalar(es) onde tiver apenas posto de coleta ou coleta nos leitos, conforme especificado na Tabela II deste Termo de Referência, e que for executar os serviços na sua matriz, deverá assim como àquelas unidades que possuem laboratório interno, montar estrutura mínima de logística para garantir a coleta do material, a realização e a liberação dos resultados dos exames em regime de urgência, conforme segue: em até 30 minutos: gasometria, sódio, potássio, cálcio, magnésio, uréia, creatinina, lactato, cloro, hematócrito, hemoglobina, glicose; outros exames de urgência que devem ser realizados em até 1 hora: hemograma, plaquetas, amilase, parcial de urina, CK, CK-MB, CK-massa, TAP, TTPA, TGO, TGP, fosfatase alcalina, Gama-GT, Bilirrubinas, TIG(emergência);

6.1.23 A CONTRATADA deverá ter uma sistemática estabelecida em seu Sistema de Gestão da Qualidade apresentando qual a forma e quais os limites críticos de exames que devem ser informados de maneira urgente ao Hospital. Esta lista deverá ser definida entre a CONTRATADA e o Gerente Técnico da unidade hospitalar;

6.1.24 A CONTRATADA deve ser participante das sub-redes de diagnóstico da CR Lab-LACEN;

6.1.25 Para todas as unidades a contratada deverá instalar e manter sob sua responsabilidade técnica um gasômetro próximo da UTI ou do Centro Cirúrgico, com local a ser definido pela unidade hospitalar, com identificação apropriada, com treinamento de pessoal da unidade hospitalar, com sistema de controles e calibração devidamente comprovados e com cronogramas de manutenção preventiva e corretiva quando necessário;

6.1.26 Eventuais códigos não correspondentes à descrição exata da contida na Tabela SIGTAP/SUS e/ou Tabela CBHPM foram determinados pela equipe técnica por analogia e correspondência de valores, as quais se encontram detalhadas no Anexo I deste Termo de Referência;

6.1.27 A Tabela Própria SES é baseada em exames agrupados e os valores totais correspondem à junção de exames da Tabela SIGTAP/SUS, conforme apurado pela equipe técnica especializada;

6.1.28 Os exames deverão ser solicitados dentro da nomenclatura e dos códigos apresentados e serão pagos tão somente nessas condições;

6.1.29 Exceção: exames que não poderão ser faturados, em hipótese alguma, sob nenhum código e/ou nomenclatura, tendo em vista ser realizado na rede especializada do Laboratório Central (LACEN):

6.1.30 Leishmania (anticorpos/pesquisa);

6.1.31 Leptospirose (sorologia/anticorpo e/ou pesquisa);

6.1.32 Hepatite C - quantitativo (carga viral);

6.1.33 Hepatite B - quantitativo (carga viral);

6.1.34 HIV - quantitativo (carga viral);

6.1.35 Tuberculose PCR (Florianópolis);

6.1.36 Exceção: exame que não poderá ser faturado, em hipótese alguma, sob nenhum código e/ou nomenclatura, tendo em vista ser realizado pelos laboratórios Municipais, pertencentes à rede de atenção e diagnóstico:

6.1.37 Tuberculose PCR (exceto Florianópolis);

6.1.38 Será VEDADO qualquer pagamento de exames que não constem das tabelas consignadas neste EDITAL / TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATO.

6.1.39 A SES poderá exigir da contratada, a qualquer momento, a apresentação dos documentos listados a seguir, referentes aos empregados utilizados pela CONTRATADA na prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA apresentá-los imediatamente;

- a) Contrato de Trabalho de seus empregados;
- b) Contrato de prestação de serviços, quando for o caso;
- c) Registro da carteira de trabalho de empregados;
- d) Controle de horas;
- e) Regulamento interno (quando existir);
- f) Convenção, acordo ou sentença normativa;
- g) Certificado de regularidade do FGTS;
- h) GFIP;
- i) Folha de pagamento;
- j) Certidão negativa de débitos previdenciários(CND);
- k) Documentos pertinentes à contribuição previdenciária;
- l) Documentos pertinentes à segurança e saúde do trabalho;
- m) Comunicado de acidente do trabalho (CAT), entre outros.

6.1.40 Na presente contratação, a CONTRATADA será a única responsável direta pela execução do objeto, fazendo-o por meio de seus próprios empregados, sob os quais exerce a prerrogativa de dirigir, mas também se submete ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes;

6.1.41 Não se formará qualquer relação jurídica entre os empregados da contratada e a tomadora dos serviços, Secretaria de Estado da Saúde (SES);

6.1.42 No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a SES poderá confiar a outrem a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a CONTRATADA possa impugnar o seu valor;

6.1.43 A CONTRATADA deverá, através de sua direção ou preposto, participar das reuniões técnicas do corpo clínico e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar da(s) Unidade(s) da SES, sempre que convocada, devendo ainda auxiliar a referida comissão nas ações de controle das infecções intra-hospitalares, sem quaisquer ônus à SES;

6.1.44 Informar à(s) Unidade(s) da SES, por escrito, durante a vigência do contrato, a escala dos funcionários que realizarão os exames durante o período noturno, finais de semana e feriados;

6.1.45 Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela pontualidade de seus funcionários em serviço. Caberá à CONTRATADA manter rigoroso controle de frequência e pontualidade de seus profissionais na prestação dos serviços, introduzindo o controle que entender conveniente e sob sua responsabilidade;

6.1.46 Caberá à CONTRATADA manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no edital e seus anexos, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

6.1.47 Caberá à CONTRATADA manter, permanentemente, o contingente laborativo na quantidade necessária, promovendo, para tanto, as substituições de profissionais, atendido o perfil profissiográfico requerido, em prazo hábil a resguardar-se a incolumidade, continuidade e pontualidade dos serviços, e o risco à segurança operacional de qualquer profissional (Lei de Segurança e Medicina do Trabalho), dentro dos prazos estabelecidos pelo Fiscal do Contrato;

6.1.48 Caberá à CONTRATADA fornecer a seus funcionários, crachás de identificação, no qual constem: o nome da empresa, do profissional, o número da matrícula, o registro geral e fotografia, a serem fixados no uniforme durante o horário de trabalho quando da prestação de serviços à SES;

6.1.49 A Contratada arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza, decorrente da contratação dos serviços, apresentando

mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, sem a qual não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas ao Contratante para liquidação;

6.1.50 A Contratada cumprirá a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da lei;

6.1.51 A Contratada responderá pelo fornecimento aos seus profissionais, até o último dia útil do mês anterior, de documentos de legitimação previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) para aquisição de gêneros alimentícios ou refeição, garantida a opção de escolha ao empregado, e de vale-transporte que corresponda às despesas de locomoção do profissional para o local da prestação do serviço;

6.1.52 A CONTRATADA assumirá todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência. A CONTRATADA deverá assumir as responsabilidades previstas e exigidas em lei, tomando as medidas necessárias ao atendimento de seus profissionais acidentados em caso de eventual ocorrência de acidente de trabalho, ou os que vierem a necessitar de atendimento médico, providenciando as medidas que se fizerem necessárias, em tempo hábil, assim como, comunicando a ocorrência ao Fiscal do Contrato;

6.1.53 São de responsabilidade da CONTRATADA todos os impostos, taxas, licenças, Conselhos Regionais e outros órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários, assim como as certidões solicitadas;

6.1.54 A contratada será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

6.1.55 A CONTRATADA deverá executar serviços de alta qualidade de modo a atender as exigências da SES, utilizando profissionais próprios, especializados, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege a execução do Contrato, com ênfase na legislação constitucional, tributária, civil, previdenciária e trabalhista, em especial na segurança e higiene do trabalho;

6.1.56 A CONTRATADA deverá cumprir e fazer cumprir por seus profissionais contratados normas e regulamentos disciplinares da SES, bem como quaisquer determinações exaradas pelas autoridades competentes;

6.1.57 A CONTRATADA deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de suas propostas, com a alocação dos empregados necessários para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

6.1.58 A CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela SES na execução dos serviços contratados;

6.1.59 A CONTRATADA deverá manter a disciplina nos locais dos serviços, substituindo qualquer prestador de serviços cuja conduta seja considerada inadequada;

6.1.60 A CONTRATADA deverá assegurar que todos os serviços sejam executados sob condições que atendam às determinações constantes nas Normas de Segurança e Proteção do Ministério do Trabalho.

6.1.61 A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados;

6.1.62 A CONTRATADA, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência;

6.1.63 A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que seja causado direta ou indiretamente ao patrimônio da SES ou a terceiros pela execução dos serviços prestados;

6.1.64 Será de responsabilidade da CONTRATADA qualquer dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo e cuidado no uso, por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da SES, devendo a CONTRATADA ressarcir os prejuízos causados;

6.1.65 A CONTRATADA deverá comunicar à SES, por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados durante a execução do contrato;

6.1.66 A CONTRATADA deverá instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas da

CONTRATANTE;

6.1.67 A CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato da SES, sempre quando solicitado, relação atualizada nominal acompanhada dos respectivos endereços residencial e profissional, bem como Atestado de Sanidade Física e Mental, obedecendo aos períodos previstos em lei, dos profissionais que prestarão os serviços, comunicando qualquer alteração ocorrida;

6.1.68 A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais, cujas reclamações atinentes a aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender;

6.1.69 A CONTRATADA e seus subordinados deverão atender com presteza às solicitações/reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção sem ônus para a SES;

6.1.70 A CONTRATADA deverá facilitar a ação da fiscalização, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentada;

6.1.71 A CONTRATADA se responsabilizará pela permanente manutenção de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa, assim como pela atualização de formação de seus profissionais, quer através da divulgação de periódicos, quer através de palestras ou reuniões, que visem contribuir com o aprimoramento da execução deste objeto, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

6.1.72 À CONTRATADA serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra pena cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato;

6.1.73 A CONTRATADA preservará a SES, mantendo-a a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação;

6.1.74 A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da SES;

6.1.75 A CONTRATADA indicará um responsável pelo gerenciamento dos serviços, autorizado a tratar com a CONTRATANTE a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do Contrato.

6.1.76 Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, obrigatoriamente e minimamente, conforme Tabela II. A área cedida, bem como o valor por metro quadrado a ser pago pela CONTRATADA para a CONTRATANTE estão discriminados na Tabela III.

**TABELA II**

UNIDADE DA SES	Nº DE LEITOS	ÁREA FÍSICA P/ LABORATÓRIO (m <sup>2</sup> )	ÁREA FÍSICA P/ POSTO DE COLETA (m <sup>2</sup> )	OUTRAS EXIGÊNCIAS
HMTR	202	0	40	Atendimento 24 h, inclusive sábados, domingos e feriados

**TABELA III**

UNIDADE	ÁREA (M <sup>2</sup> )	VALOR POR M <sup>2</sup>
HMTR	40	27,97

6.1.77 A SES colocará à disposição da empresa vencedora, por meio de Termo de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público, área física necessária nas dependências das unidades, conforme Tabelas II e III, bem como água, luz e ramal telefônico (exclusivamente interno);

Os gastos com o consumo de telefone, gás, água e energia elétrica apontada nos medidores será objeto de cobrança mensal pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

6.1.78 Para exclusiva execução dos serviços, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA, nas condições estipuladas neste Termo de Referência, área física necessária nas dependências das unidades, conforme Tabelas II e III, bem como água, luz e ramal telefônico (exclusivamente interno);

6.1.79 A CONTRATADA prestará, nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda

gerada pela unidade hospitalar;

6.1.80 A CONTRATANTE providenciará a adaptação da rede de gás, água e energia elétrica, colocando medidores, para posterior cobrança mensal da CONTRATADA;

6.1.81 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela adequação da estrutura física da área cedida, de forma a atender as determinações da legislação sanitária vigente, assim como a demanda da prestação dos serviços;

6.1.82 Quando forem necessárias obras nas dependências da área disponibilizada, a Contratada deverá, além de comunicar a SES com antecedência, tomar as devidas providências para que os serviços não sejam interrompidos;

6.1.83 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo zelo e manutenção da estrutura física (pisos, paredes, vidros, portas, etc.) da área utilizada;

6.1.84 Em caso de término do contrato, a CONTRATADA que esteja ocupando área física cedida pela CONTRATANTE deverá devolver tal área em perfeitas condições de uso (pintadas e com instalações elétricas e hidráulicas em perfeito estado de uso);

6.1.85 A CONTRATADA executará, nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela Unidade Hospitalar vinculada à SES, vedado o atendimento externo de particulares ou outros convênios;

6.1.86 Quando forem necessárias obras nas dependências da área disponibilizada, a CONTRATADA deverá comunicar à SES com antecedência, a fim de que sejam tomadas as providências para que os serviços não sejam interrompidos;

6.1.87 Referente à concessão remunerada de uso de bem público, a empresa CONTRATADA depositará à SES até o 10º dia do mês, remuneração correspondente à área física cedida, com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do aluguel, a título de condomínio;

6.1.88 Para a comprovação do pagamento das despesas resultantes da concessão remunerada de uso de bem público, a empresa CONTRATADA deverá apresentar mensalmente o documento de depósito em conjunto com a nota fiscal dos serviços prestados;

6.1.89 Em caso de prorrogação do contrato, a SES atualizará a remuneração da área física, estabelecida neste termo, com base na variação do CUB (Custo Unitário Base) do período;

6.1.90 Na ocasião da assinatura do Contrato a Unidade da SES emitirá uma declaração contendo a metragem da sala que será cedida, conforme necessidade da empresa vencedora;

6.1.91 A empresa vencedora do certame, por conta própria, deverá instalar, reformar e fornecer todo o equipamento, pessoal e material de consumo necessário à realização dos serviços.

## **6.2. Do local da prestação de serviços:**

A CONTRATANTE observará durante a vigência do Contrato o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, e que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A CONTRATANTE deverá assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

A CONTRATANTE prestará informações e esclarecimentos que porventura sejam solicitados pela CONTRATADA;

A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento devido à CONTRATADA pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente certificados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com as normas da contratação.

## **7. RECURSOS**

### **Origem dos Recursos:**

- ☐ TESOURO
- ☐ FUNDO
- ☐ CONVÊNIO
- ☐ OUTRO
- ☒ DEFINIÇÃO POSTERIOR

### **Condições de Execução:**

- ☐ PARCELA ÚNICA
- ☒ PARCELADO

### **Dotação dos Recursos:**

- ☒ Conforme deliberação da gerência de orçamentos.
  - ☐ Recurso
  - ☐ COMPROVADO
  - ☐ NÃO COMPROVADO
- EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1 A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

8.2 Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

8.3 Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

## **9. SANÇÕES DO CONTRATO**

( X ) CONFORME DECRETO ESTADUAL N. 2.617/09 ( ) OUTRO \_\_\_\_\_

## **10. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO**

10.1 As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:.

10.1.1 Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis n.ºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

10.1.2 Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

10.1.3 Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

10.1.4 Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

## **11. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

Período de vigência de 6 meses.

## **12. CONDIÇÕES GERAIS**

## **13. GESTOR DO CONTRATO**

Nome: Mauricio Batalha Machado

Cargo: Diretor

Matrícula: 351.936-8-03

## **14. FISCAL DO CONTRATO**

Nome: Rufius Antonius R. Schmitt

Cargo: Técnico Atividades Administrativas

Matrícula: 245.811-0-01

Nome: Alexandre Ramos Caminha

Cargo: Técnico Atividades Administrativas

Matrícula: 278.316-9-02

**ANEXO III**  
**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 0000/0000**

Termo de Contrato de Prestação de Serviços, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa \_\_\_\_\_, através do PSES nº 146396/2021, Edital nº 2978/2021, na modalidade de Dispensa de Licitação.

<b>CONTRATANTE:</b>	Secretaria de Estado da Saúde
CNPJ:	80.673.411/0001-87
Endereço:	Rua Esteves Júnior, nº 160 - Ed. Halley
Representada por:	

<b>CONTRATADA:</b>	
CNPJ:	
Endereço:	
Representada por:	

<b>GESTOR:</b>	
Função:	
Unidade:	

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE**

1.1. O presente Contrato tem por objeto, a prestação pela CONTRATADA a CONTRATANTE, de **Contratação de serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames)** para a unidade **HGMTR – HOSPITAL GERAL MATERNIDADE TEREZA RAMOS** de acordo com o local, quantitativos e especificações constantes no Anexo I, parte integrante do presente edital.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar o serviço objeto deste instrumento, especificado e quantificado na cláusula primeira, conforme Anexo I e II deste contrato, conforme sua proposta e preços finais apurados no Edital 2978/2021.

2.2. O valor mensal estimado para este contrato é de R\$ \_\_\_\_\_, totalizando um valor de R\$ \_\_\_\_\_ para o período de vigência;

2.3. As despesas decorrentes deste processo correrão à conta da dotação orçamentária:

2.3.1. Projeto/Atividade:

2.3.2. Elemento Despesa:

2.3.3. Unidade Orçamentária:

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO**

3.1. A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos serviços com a respectiva



Nota Fiscal/Fatura, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste contrato;

3.1.1. O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

3.2. A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre as refeições/serviços, discriminando o tipo de refeição, quantitativo, valor unitário e total, além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação e do Processo SES.

3.3. A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, com a Nota Fiscal/Fatura, os documentos seguintes:

3.3.1. Certidão de Débito para com a Fazenda Estadual demonstrando sua regularidade;

3.3.2. Guia de Recolhimento do INSS;

3.3.3. Guia de Recolhimento do FGTS;

3.3.4. Guia de recolhimento do ISS;

3.3.5. Folha de pagamento de Pessoal.

3.4. Da Atualização por Inadimplemento:

3.4.1. Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, e desde que não haja pendências relativas à execução do Contrato, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e art. 40, inciso XIV, alínea “c” da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

##### **4.1. Obrigações da contratada:**

4.1.1 É obrigação da CONTRATADA a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos necessários para a perfeita execução dos serviços;

4.1.2 A CONTRATADA deverá executar os serviços apenas com profissionais devidamente qualificados, selecionados e treinados para o perfeito desempenho dos trabalhos;

4.1.3 Todas as despesas decorrentes da contratação, tais como equipamentos necessários à execução dos trabalhos, adequações de espaços físicos, recursos humanos, todos decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da CONTRATADA;

4.1.4 Os equipamentos utilizados pela contratada deverão possuir Registro na ANVISA e plano de manutenção periódica previsto em seu Sistema de Gestão de Qualidade, bem como a apresentação de documentação que comprove esta situação;

4.1.5 A CONTRATADA deverá dispor de informações solicitadas pela SES a qualquer momento, seja em forma de pedido ou de auditoria (técnica ou administrativa);

4.1.6 A CONTRATADA deverá possuir sistema de Controle de Qualidade Interno e Externo para TODOS as análises que se dispõe a realizar, e, na impossibilidade destes, a CONTRATADA deverá demonstrar como realiza estes controles de forma alternativa;

4.1.7 A CONTRATADA se comprometerá à guarda dos dados brutos dos exames nos termos da RDC 302/2005 e deverá comprovar esta condição em sua documentação do Sistema de Gestão de Qualidade;

4.1.8 A CONTRATADA deverá manter em seu Sistema de Gestão de Qualidade os procedimentos realizados no sentido de garantir a rastreabilidade das amostras;

4.1.9 A CONTRATADA deverá utilizar para realização dos exames, somente material de consumo descartável e de boa qualidade, com registro na ANVISA;

4.1.10 A coleta de sangue deverá ser realizada por profissional experiente e capacitado, sob responsabilidade e expensas da CONTRATADA. Nas Unidades específicas como o berçário, UTI pediátrica e UTI neonatal, os serviços de coleta deverão ser diretamente supervisionados e acompanhados pelos profissionais da enfermagem e, caso o método tradicional de coleta de sangue não seja possível, deverá ser utilizado o sistema de microcoleta e micro-técnica para a realização dos exames. Todo material de consumo necessário e utilizado;

4.1.11 Para coleta (seringa, agulha, scalpe, gaze seca e estéril, algodão, bandagem, esparadrapo, luva, tubo de coleta, microtubo, etiqueta para identificação do paciente, swab de algodão, lanceta, descartador de material perfurocortante, e/ou outros insumos e produtos para diagnóstico de uso “in vitro” - reagentes, padrões, calibradores, controles, materiais, artigos e instrumentos), bem como a mão-de-obra utilizada para a coleta e realização dos exames serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem quaisquer ônus à SES;

4.1.12 A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual e coletivo a todas as pessoas ligadas a empresa que estiverem realizando os serviços ou que por algum motivo permaneçam na(s) Unidade(s) da SES;

4.1.13 A empresa deve possuir PCMSO, LCCAT e PGRSS;

4.1.14 A SES exigirá a imediata substituição, na prestação dos serviços, de qualquer empregado ou preposto da

contratada que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com os serviços a serem prestados, e com as diretrizes humanísticas institucionais, ficando a CONTRATADA responsável pelo ônus decorrente;

4.1.15 A CONTRATADA deverá estar em conformidade com a Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, da ANVISA, que dispõe sobre o “Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos”, ou outro instrumento legal que venha a substituí-la;

4.1.16 A CONTRATADA deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com os equipamentos similares de propriedade da contratante, informando também a situação e periodicidade de manutenções preventivas e corretivas quando necessário;

4.1.17 A CONTRATADA deverá preparar formalmente os seus colaboradores sobre noções básicas relativas à prevenção e controle de infecção hospitalar, no tocante aos serviços a serem prestados e promover treinamento e educação permanente, comprovada através de documentação pertinente emitida pelo Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA;

4.1.18 A CONTRATADA deverá apresentar as listas de pacientes atendidos e exames com data da realização dos exames realizados para as unidades hospitalares da CONTRATANTE, que somente efetuará a certificação da nota fiscal para os devidos pagamentos após a análise e confrontamento dos dados pela Unidade Hospitalar. Estes relatórios deverão ser feitos entre o primeiro e o último dia do mês em questão e deverão ser apresentados até o 5º dia útil subsequente. As notas fiscais devem ser entregues na respectiva unidade hospitalar solicitante do exame e devem conter o quantitativo de exames discriminados por nome do respectivo exame e código da tabela SIGTAP/SUS ou CBHPM ou Própria SES, juntamente ao quantitativo total mensal;

4.1.19 A CONTRATADA deverá limpar e manter seus equipamentos, bem como a área física em uso, e assumirá total responsabilidade pelo destino dos resíduos químicos e biológicos potencialmente poluidores e/ou contaminantes resultantes das suas atividades laborativas, e responderá também pelos danos ambientais que porventura causarem, sem ônus à SES. Estes procedimentos deverão estar constantes do Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA, incluindo modo de limpeza, periodicidade, entre outros.

4.1.20 Considerando o(s) lote(s) prestado(s) pela CONTRATADA e conforme tabela constante do Anexo I deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá cumprir o estabelecido na RDC 302/05, da ANVISA, que diz que o laboratório clínico e o posto de coleta laboratorial devem possuir um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, sendo que este profissional pode assumir, perante a vigilância sanitária, a responsabilidade técnica por no máximo: 02 (dois) laboratórios clínicos ou 02 (dois) postos de coleta laboratorial ou 01 (um) laboratório clínico e 01 (um) posto de coleta laboratorial;

4.1.21 A Secretaria de Estado da Saúde admite que em caso de impedimento do responsável técnico, o laboratório clínico e/ou o posto de coleta laboratorial devem contar com um profissional legalmente habilitado para substituí-lo;

4.1.22 A CONTRATADA que prestar serviços em Unidade(s) Hospitalar(es) onde tiver apenas posto de coleta ou coleta nos leitos, conforme especificado na Tabela II deste Termo de Referência, e que for executar os serviços na sua matriz, deverá assim como àquelas unidades que possuem laboratório interno, montar estrutura mínima de logística para garantir a coleta do material, a realização e a liberação dos resultados dos exames em regime de urgência, conforme segue: em até 30 minutos: gasometria, sódio, potássio, cálcio, magnésio, uréia, creatinina, lactato, cloro, hematócrito, hemoglobina, glicose; outros exames de urgência que devem ser realizados em até 1 hora: hemograma, plaquetas, amilase, parcial de urina, CK, CK-MB, CK-massa, TAP, TTPA, TGO, TGP, fosfatase alcalina, Gama-GT, Bilirrubinas, TIG(emergência);

4.1.23 A CONTRATADA deverá ter uma sistemática estabelecida em seu Sistema de Gestão da Qualidade apresentando qual a forma e quais os limites críticos de exames que devem ser informados de maneira urgente ao Hospital. Esta lista deverá ser definida entre a CONTRATADA e o Gerente Técnico da unidade hospitalar;

4.1.24 A CONTRATADA deve ser participante das sub-redes de diagnóstico da CR Lab-LACEN;

4.1.25 Para todas as unidades a contratada deverá instalar e manter sob sua responsabilidade técnica um gasômetro próximo da UTI ou do Centro Cirúrgico, com local a ser definido pela unidade hospitalar, com identificação apropriada, com treinamento de pessoal da unidade hospitalar, com sistema de controles e calibração devidamente comprovados e com cronogramas de manutenção preventiva e corretiva quando necessário;

4.1.26 Eventuais códigos não correspondentes à descrição exata da contida na Tabela SIGTAP/SUS e/ou Tabela CBHPM foram determinados pela equipe técnica por analogia e correspondência de valores, as quais se encontram detalhadas no Anexo I deste Termo de Referência;

4.1.27 A Tabela Própria SES é baseada em exames agrupados e os valores totais correspondem à junção de exames da Tabela SIGTAP/SUS, conforme apurado pela equipe técnica especializada;

4.1.28 Os exames deverão ser solicitados dentro da nomenclatura e dos códigos apresentados e serão pagos tão somente nessas condições;

4.1.29 Exceção: exames que não poderão ser faturados, em hipótese alguma, sob nenhum código e/ou nomenclatura, tendo em vista ser realizado na rede especializada do Laboratório Central (LACEN):

4.1.30 Leishmania (anticorpos/pesquisa);

4.1.31 Leptospirose (sorologia/anticorpo e/ou pesquisa);

4.1.32 Hepatite C - quantitativo (carga viral);

4.1.33 Hepatite B - quantitativo (carga viral);

4.1.34 HIV - quantitativo (carga viral);

4.1.35 Tuberculose PCR (Florianópolis);

4.1.36 Exceção: exame que não poderá ser faturado, em hipótese alguma, sob nenhum código e/ou nomenclatura, tendo em vista ser realizado pelos laboratórios Municipais, pertencentes à rede de atenção e diagnóstico:

4.1.37 Tuberculose PCR (exceto Florianópolis);

4.1.38 Será VEDADO qualquer pagamento de exames que não constem das tabelas consignadas neste EDITAL / TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATO.

4.1.39 A SES poderá exigir da contratada, a qualquer momento, a apresentação dos documentos listados a seguir, referentes aos empregados utilizados pela CONTRATADA na prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA apresentá-los imediatamente;

a) Contrato de Trabalho de seus empregados;

b) Contrato de prestação de serviços, quando for o caso;

c) Registro da carteira de trabalho de empregados;

d) Controle de horas;

e) Regulamento interno (quando existir);

f) Convenção, acordo ou sentença normativa;

g) Certificado de regularidade do FGTS;

h) GFIP;

i) Folha de pagamento;

j) Certidão negativa de débitos previdenciários(CND);

k) Documentos pertinentes à contribuição previdenciária;

l) Documentos pertinentes à segurança e saúde do trabalho;

m) Comunicado de acidente do trabalho (CAT), entre outros.

4.1.40 Na presente contratação, a CONTRATADA será a única responsável direta pela execução do objeto, fazendo-o por meio de seus próprios empregados, sob os quais exerce a prerrogativa de dirigir, mas também se submete ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes;

4.1.41 Não se formará qualquer relação jurídica entre os empregados da contratada e a tomadora dos serviços, Secretaria de Estado da Saúde (SES);

4.1.42 No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a SES poderá confiar a outrem a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a CONTRATADA possa impugnar o seu valor;

4.1.43 A CONTRATADA deverá, através de sua direção ou preposto, participar das reuniões técnicas do corpo clínico e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar da(s) Unidade(s) da SES, sempre que convocada, devendo ainda auxiliar a referida comissão nas ações de controle das infecções intra-hospitalares, sem quaisquer ônus à SES;

4.1.44 Informar à(s) Unidade(s) da SES, por escrito, durante a vigência do contrato, a escala dos funcionários que realizarão os exames durante o período noturno, finais de semana e feriados;

4.1.45 Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela pontualidade de seus funcionários em serviço. Caberá à CONTRATADA manter rigoroso controle de frequência e pontualidade de seus profissionais na prestação dos serviços, introduzindo o controle que entender conveniente e sob sua responsabilidade;

4.1.46 Caberá à CONTRATADA manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no edital e seus anexos, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

4.1.47 Caberá à CONTRATADA manter, permanentemente, o contingente laborativo na quantidade necessária, promovendo, para tanto, as substituições de profissionais, atendido o perfil profissiográfico requerido, em prazo hábil a resguardar-se a incolumidade, continuidade e pontualidade dos serviços, e o risco à segurança operacional de qualquer profissional (Lei de Segurança e Medicina do Trabalho), dentro dos prazos estabelecidos pelo Fiscal do Contrato;

4.1.48 Caberá à CONTRATADA fornecer a seus funcionários, crachás de identificação, no qual constem: o nome da empresa, do profissional, o número da matrícula, o registro geral e fotografia, a serem fixados no uniforme durante o horário de trabalho quando da prestação de serviços à SES;

4.1.49 A Contratada arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza, decorrente da contratação dos serviços, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, sem a qual não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas ao Contratante para liquidação;

4.1.50 A Contratada cumprirá a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da lei;

4.1.51 A Contratada responderá pelo fornecimento aos seus profissionais, até o último dia útil do mês anterior, de documentos de legitimação previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) para aquisição de gêneros alimentícios ou refeição, garantida a opção de escolha ao empregado, e de vale-transporte que corresponda às despesas de locomoção do profissional para o local da prestação do serviço;

4.1.52 A CONTRATADA assumirá todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência. A CONTRATADA deverá assumir as responsabilidades previstas e exigidas em lei, tomando as medidas necessárias ao atendimento de seus profissionais acidentados em caso de eventual ocorrência de acidente de trabalho, ou os que vierem a necessitar de atendimento médico, providenciando as medidas que se fizerem necessárias, em tempo hábil, assim como, comunicando a ocorrência ao Fiscal do Contrato;

4.1.53 São de responsabilidade da CONTRATADA todos os impostos, taxas, licenças, Conselhos Regionais e outros órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários, assim como as certidões solicitadas;

4.1.54 A contratada será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

4.1.55 A CONTRATADA deverá executar serviços de alta qualidade de modo a atender as exigências da SES, utilizando profissionais próprios, especializados, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege a execução do Contrato, com ênfase na legislação constitucional, tributária, civil, previdenciária e trabalhista, em especial na segurança e higiene do trabalho;

4.1.56 A CONTRATADA deverá cumprir e fazer cumprir por seus profissionais contratados normas e regulamentos disciplinares da SES, bem como quaisquer determinações exaradas pelas autoridades competentes;

4.1.57 A CONTRATADA deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de suas propostas, com a alocação dos empregados necessários para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

4.1.58 A CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela SES na execução dos serviços contratados;

4.1.59 A CONTRATADA deverá manter a disciplina nos locais dos serviços, substituindo qualquer prestador de serviços cuja conduta seja considerada inadequada;

4.1.60 A CONTRATADA deverá assegurar que todos os serviços sejam executados sob condições que atendam às determinações constantes nas Normas de Segurança e Proteção do Ministério do Trabalho.

4.1.61 A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados;

4.1.62 A CONTRATADA, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações

constantes no Termo de Referência;

4.1.63 A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que seja causado direta ou indiretamente ao patrimônio da SES ou a terceiros pela execução dos serviços prestados;

4.1.64 Será de responsabilidade da CONTRATADA qualquer dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo e cuidado no uso, por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da SES, devendo a CONTRATADA ressarcir os prejuízos causados;

4.1.65 A CONTRATADA deverá comunicar à SES, por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados durante a execução do contrato;

4.1.66 A CONTRATADA deverá instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

4.1.67 A CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato da SES, sempre quando solicitado, relação atualizada nominal acompanhada dos respectivos endereços residencial e profissional, bem como Atestado de Sanidade Física e Mental, obedecendo aos períodos previstos em lei, dos profissionais que prestarão os serviços, comunicando qualquer alteração ocorrida;

4.1.68 A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais, cujas reclamações atinentes a aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender;

4.1.69 A CONTRATADA e seus subordinados deverão atender com presteza às solicitações/reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção sem ônus para a SES;

4.1.70 A CONTRATADA deverá facilitar a ação da fiscalização, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentada;

4.1.71 A CONTRATADA se responsabilizará pela permanente manutenção de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa, assim como pela atualização de formação de seus profissionais, quer através da divulgação de periódicos, quer através de palestras ou reuniões, que visem contribuir com o aprimoramento da execução deste objeto, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

4.1.72 À CONTRATADA serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra pena cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato;

4.1.73 A CONTRATADA preservará a SES, mantendo-a a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação;

4.1.74 A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da SES;

4.1.75 A CONTRATADA indicará um responsável pelo gerenciamento dos serviços, autorizado a tratar com a CONTRATANTE a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do Contrato.

4.1.76 Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, obrigatoriamente e minimamente, conforme Tabela II. A área cedida, bem como o valor por metro quadrado a ser pago pela CONTRATADA para a CONTRATANTE estão discriminados na Tabela III.

**TABELA II**

UNIDADE DA SES	Nº DE LEITOS	ÁREA FÍSICA P/ LABORATÓRIO (m <sup>2</sup> )	ÁREA FÍSICA P/ POSTO DE COLETA (m <sup>2</sup> )	OUTRAS EXIGÊNCIAS
HMTR	202	0	40	Atendimento 24 h, inclusive sábados, domingos e feriados

**TABELA III**

UNIDADE	ÁREA (M <sup>2</sup> )	VALOR POR M <sup>2</sup>
HMTR	40	27,97

4.1.77 A SES colocará à disposição da empresa vencedora, por meio de Termo de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público, área física necessária nas dependências das unidades, conforme Tabelas II e III, bem como água, luz e ramal telefônico (exclusivamente interno);

Os gastos com o consumo de telefone, gás, água e energia elétrica apontada nos medidores será objeto de cobrança mensal pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

4.1.78 Para exclusiva execução dos serviços, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA, nas condições estipuladas neste Termo de Referência, área física necessária nas dependências das unidades, conforme Tabelas II e III, bem como água, luz e ramal telefônico (exclusivamente interno);

4.1.79 A CONTRATADA prestará, nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela unidade hospitalar;

4.1.80 A CONTRATANTE providenciará a adaptação da rede de gás, água e energia elétrica, colocando medidores, para posterior cobrança mensal da CONTRATADA;

4.1.81 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela adequação da estrutura física da área cedida, de forma a atender as determinações da legislação sanitária vigente, assim como a demanda da prestação dos serviços;

4.1.82 Quando forem necessárias obras nas dependências da área disponibilizada, a Contratada deverá, além de comunicar a SES com antecedência, tomar as devidas providências para que os serviços não sejam interrompidos;

4.1.83 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo zelo e manutenção da estrutura física (pisos, paredes, vidros, portas, etc.) da área utilizada;

4.1.84 Em caso de término do contrato, a CONTRATADA que esteja ocupando área física cedida pela CONTRATANTE deverá devolver tal área em perfeitas condições de uso (pintadas e com instalações elétricas e hidráulicas em perfeito estado de uso);

4.1.85 A CONTRATADA executará, nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela Unidade Hospitalar vinculada à SES, vedado o atendimento externo de particulares ou outros convênios;

4.1.86 Quando forem necessárias obras nas dependências da área disponibilizada, a CONTRATADA deverá comunicar à SES com antecedência, a fim de que sejam tomadas as providências para que os serviços não sejam interrompidos;

4.1.87 Referente à concessão remunerada de uso de bem público, a empresa CONTRATADA depositará à SES até o 10º dia do mês, remuneração correspondente à área física cedida, com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do aluguel, a título de condomínio;

4.1.88 Para a comprovação do pagamento das despesas resultantes da concessão remunerada de uso de bem público, a empresa CONTRATADA deverá apresentar mensalmente o documento de depósito em conjunto com a nota fiscal dos serviços prestados;

4.1.89 Em caso de prorrogação do contrato, a SES atualizará a remuneração da área física, estabelecida neste termo, com base na variação do CUB (Custo Unitário Base) do período;

4.1.90 Na ocasião da assinatura do Contrato a Unidade da SES emitirá uma declaração contendo a metragem da sala que será cedida, conforme necessidade da empresa vencedora;

4.1.91 A empresa vencedora do certame, por conta própria, deverá instalar, reformar e fornecer todo o equipamento, pessoal e material de consumo necessário à realização dos serviços.

#### **4.2 Obrigações da Contratante:**

A CONTRATANTE observará durante a vigência do Contrato o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, e que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A CONTRATANTE deverá assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

A CONTRATANTE prestará informações e esclarecimentos que porventura sejam solicitados pela CONTRATADA;

A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento devido à CONTRATADA pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente certificados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com as normas da contratação.

## **05 CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1. Este contrato terá vigência de 180 dias a partir da sua assinatura.

5.2. O presente contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações).

5.3. O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, mediante conclusão de processo licitatório.

## **06 CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS**

6.1. Os preços contratados não serão alterados.

## **07 CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1. A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores. 7.2. O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

7.2.1. Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

7.2.2. Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

7.2.3. Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

7.2.4. Em caso de contratação decorrente de procedimento licitatório.

7.3. A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

## **08 CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES**

8.1. As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

8.2. A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

8.3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

8.3.1. O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

8.3.2. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

8.3.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.3.4. A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

8.3.5. A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

8.4. A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de

fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

8.4.1. A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

8.4.2. A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

8.5. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

8.5.1. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

8.5.2. A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

8.6. As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

8.7. As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

8.8. Compete à Assessoria Jurídica da SES, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

8.9. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

8.10. As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

8.10.1. Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

## **09 CLÁUSULA NONA– DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

9.1. Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) em conjunto com os Gestores, Fiscais da(s) Unidade(s) da SES, e com a Gerência de Acompanhamento de Custos e Resultados (GEACR), a quem caberá verificar se os dispositivos do Contrato estão sendo rigorosamente cumpridos.

9.1.1. A fiscalização do contrato será exercida por representante(s) da CONTRATANTE, servidores Rufius Antonius R. Schmitt, Matrícula: 245.811-0-01, Alexandre Ramos Caminha, Matrícula: 278.316-9-02 a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.1.2. A fiscalização que atuará desde o início dos trabalhos, será exercida no interesse exclusivo da SES, com a participação de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados, e não excluir, nem reduzir, a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades.

9.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o contrato;

9.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).



#### **10 CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

10.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

10.2. Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente contratação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

10.3. No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a empresa vencedora possa impugnar o seu valor.

10.4. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

10.5. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Oitava;

10.6. O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

10.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

#### **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO:**

11.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento.

Florianópolis,

---

CONTRATANTE

---

CONTRATADA

## ANEXO IV

### CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO

Termo de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde (SES)/Fundo Estadual de Saúde (FES) e o XX., através do PSES nº 146396/2021, Edital nº 2978/2021, na modalidade de Dispensa de Licitação.

**CEDENTE:** Secretaria de Estado da Saúde /Fundo Estadual de Saúde

CNPJ: 80.673.411/0001-87

Endereço: Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015- 130

Representada por:

**CESSIONÁRIA:**

CNPJ

Endereço:

Representada por:

**GESTOR:** HGMTR– HOSPITAL GERAL MATERNIDADE TEREZA RAMOS

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. A CEDENTE é proprietária de área física localizada no interior da, situada na Rua Marechal Deodoro nº 799 Centro – Lages – SC, com **X** m² e concede a CESSIONÁRIA, conforme nova vigência do Contrato de Prestação de Serviços n.º XX/2021, a partir da data de assinatura do presente instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

1. A CESSIONÁRIA pagará à CEDENTE o valor mensal de **R\$ XX** por m² referente a aluguel, perfazendo um total mensal de **R\$ XX**, referente ao aluguel, além de **25%** (vinte e cinco por cento) a título de condomínio, no valor de **R\$ XX**. O valor mensal total do aluguel acrescido do condomínio será de **R\$ XX**
2. Referente à concessão remunerada de uso de bem público, a CESSIONÁRIA pagará à SES até o 10º dia do mês, remuneração correspondente à área física cedida, com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do aluguel, a título de condomínio, através de boleto bancário emitido pela Gerência de Administração Financeira da Secretaria de Estado da Saúde.
3. A CEDENTE fornecerá estrutura de, gás, água, telefone e energia elétrica para a realização dos serviços, e respectivos medidores, contudo ficará a cargo da CESSIONÁRIA o pagamento das despesas mensais dos gastos com o consumo dos itens supracitados.
4. A simples falta de pagamento nas épocas determinadas importará em mora, ou seja, 2% (dois por cento) de multa ao mês, mais juros legais, independentemente de interpelação judicial, ou outro qualquer aviso e só por força do presente termo.
5. Para a comprovação do pagamento das despesas resultantes da concessão remunerada de uso de bem público, a CESSIONÁRIA deverá apresentar mensalmente o documento de pagamento em conjunto com a nota fiscal dos serviços prestados.
6. A CESSIONÁRIA executará, nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela Unidade Hospitalar vinculada à SES, vedado o atendimento externo de particulares ou outros convênios.
7. Na ocasião da assinatura do Contrato a Unidade da SES emitirá uma declaração contendo a metragem da sala que será cedida, conforme necessidade da empresa vencedora.

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

1. A CESSIONÁRIA deverá responsabilizar-se pela adequação da estrutura física da área cedida, de forma a atender as determinações da legislação sanitária vigente, assim como a demanda da prestação dos serviços.
2. Quando forem necessárias obras nas dependências da área disponibilizada, a CESSIONÁRIA deverá comunicar à SES com antecedência, a fim de que sejam tomadas as providências para que os serviços não sejam interrompidos.
3. Em caso de término do contrato, a CESSIONÁRIA que esteja ocupando área física da SES, deverá devolver tal área em perfeitas condições de uso (pintada, instalações elétricas e hidráulicas em boas condições e mediante vistoria da Secretaria de Estado da Saúde que comprovem o cumprimento da cláusula).
4. A CESSIONÁRIA, por conta própria, deverá instalar, reformar e fornecer todo o equipamento, pessoal e material de consumo necessário à realização dos serviços.

### **CLÁUSULA QUARTA**

1. A CESSIONÁRIA obriga-se a não se utilizar do imóvel para outro fim que não seja para prestação de serviços objeto do Edital n.º 2978/2021, Contrato de Prestação de Serviços n.º XX/2021, sob pena de rescisão imediata deste termo.
2. Não será permitido transferir o Contrato a outrem ou sublocá-lo no todo ou em parte sem o expresso consentimento da CEDENTE.
3. O descumprimento de qualquer cláusula deste instrumento pela CESSIONÁRIA acarretará em rescisão unilateral por parte da CEDENTE, sem que haja qualquer tipo de indenização a mesma.

### **CLÁUSULA QUINTA**

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, inclusive no que se refere às alterações e sua rescisão, sempre com a prerrogativa da supremacia do interesse público.
2. Ambos os contratantes elegem o foro da Comarca de Florianópolis/SC, para decidir qualquer questão judicial originária deste instrumento.

Florianópolis,

*[Assinado digitalmente]*

**CEDENTE CESSIONÁRIA**

*[Assinado digitalmente]*

**GESTOR**

**ANEXO V**Relação de exames de análises clínicas prescritos na unidade: **HGMTR**

<b>Tabela</b>	<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtde. Mensal</b>	<b>Qtde. Semestral</b>
SIGTAP/SUS	0202010023	DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	1	6
SIGTAP/SUS	0202010031	DETERMINAÇÃO DE CROMATOGRÁFIA DE AMINOÁCIDOS (SORO)	1	6
SIGTAP/SUS	0202010074	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (5 DOSAGENS)	3	18
SIGTAP/SUS	0202010120	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	92	552
SIGTAP/SUS	0202010147	DOSAGEM DE ALDOLASE	1	6
SIGTAP/SUS	0202010155	DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	1	6
SIGTAP/SUS	0202010163	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	1	6
SIGTAP/SUS	0202010180	DOSAGEM DE AMILASE	82	492
SIGTAP/SUS	0202010201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	363	2.178
SIGTAP/SUS	0202010210	DOSAGEM DE CÁLCIO	181	1.086
SIGTAP/SUS	0202010228	DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	174	1.044
SIGTAP/SUS	0202010252	DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	1	6
SIGTAP/SUS	0202010260	DOSAGEM DE CLORETO (SORO, PLASMA, URINA, LÍQUOR)	22	132
SIGTAP/SUS	0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	12	72
SIGTAP/SUS	0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	14	84
SIGTAP/SUS	0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	1.314	7.884
SIGTAP/SUS	0202010317	DOSAGEM DE CREATININA	2.005	12.030
SIGTAP/SUS	0202010325	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	36	216
SIGTAP/SUS	0202010333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	31	186
SIGTAP/SUS	0202010368	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA	157	942
SIGTAP/SUS	0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA	44	264
SIGTAP/SUS	0202010392	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	46	276
SIGTAP/SUS	0202010406	DOSAGEM DE FOLATO (ÁCIDO FÓLICO ERITROCITÁRIO)	13	78
SIGTAP/SUS	0202010422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	161	966
SIGTAP/SUS	0202010430	DOSAGEM DE FÓSFORO	107	642
SIGTAP/SUS	0202010449	DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ÁCIDA	1	6
SIGTAP/SUS	0202010457	DOSAGEM DE GALACTOSE (SANGUE)	1	6
SIGTAP/SUS	0202010465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	140	840
SIGTAP/SUS	0202010473	DOSAGEM DE GLICOSE	144	864
SIGTAP/SUS	0202010481	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE (G6PD)	1	6
SIGTAP/SUS	0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA (GLICADA)	49	294
SIGTAP/SUS	0202010538	DOSAGEM DE LACTATO (ÁCIDO LÁCTICO)	211	1.266
SIGTAP/SUS	0202010554	DOSAGEM DE LIPASE	52	312
SIGTAP/SUS	0202010562	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	460	2.760
SIGTAP/SUS	0202010600	DOSAGEM DE POTÁSSIO	2.103	12.618

SIGTAP/SUS	0202010627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES (ALBUMINA)	181	1.086
SIGTAP/SUS	0202010635	DOSAGEM DE SÓDIO	1.243	7.458
SIGTAP/SUS	0202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-OXALACÉTICA (TGO)	372	2.232
SIGTAP/SUS	0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-PIRÚVICA (TGP)	371	2.226
SIGTAP/SUS	0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	9	54
SIGTAP/SUS	0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	35	210
SIGTAP/SUS	0202010694	DOSAGEM DE URÉIA (SANGUE)	1.183	7.098
SIGTAP/SUS	0202010708	DOSAGEM DE VITAMINA B12 (CIANOCOBALAMINA)	21	126
SIGTAP/SUS	0202010724	ELETROFORESE DE PROTEINAS	26	156
SIGTAP/SUS	0202010732	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE )	625	3.750
SIGTAP/SUS	0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	1	6
SIGTAP/SUS	0202010775	DETERMINACAO DE CREMATÓCRITO NO LEITE HUMANO ORDENHADO	80	480
SIGTAP/SUS	0202010783	ACIDEZ TITULAVEL NO LEITE HUMANO (DORNIC)	80	480
SIGTAP/SUS	0202010791	DOSAGEM DE PEPTIDEOS NATRIURÉTICOS TIPO B (BNP E NT-PROBNP)	92	552
SIGTAP/SUS	0202020029	CONTAGEM DE PLAQUETAS (CITRATO DE SÓDIO)	3	18
SIGTAP/SUS	0202020037	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	48	288
SIGTAP/SUS	0202020134	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA OU KPTT)	215	1.290
SIGTAP/SUS	0202020142	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	364	2.184
SIGTAP/SUS	0202020150	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	35	210
SIGTAP/SUS	0202020169	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	1	6
SIGTAP/SUS	0202020290	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	10	60
SIGTAP/SUS	0202020304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	5	30
SIGTAP/SUS	0202020355	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	1	6
SIGTAP/SUS	0202020363	ERITROGRAMA (ERITRÓCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATÓCRITO)	1	6
SIGTAP/SUS	0202020371	HEMATÓCRITO	7	42
SIGTAP/SUS	0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	1.720	10.320
SIGTAP/SUS	0202020541	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD) / COOMBS DIRETO	8	48
SIGTAP/SUS	0202020576	PESQUISA DE ANTICOAGULANTE LÚPICO	1	6
SIGTAP/SUS	0202030067	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030075	DETERMINACAO DE FATOR REUMATÓIDE	14	84
SIGTAP/SUS	0202030083	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	1.070	6.420
SIGTAP/SUS	0202030091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	10	60
SIGTAP/SUS	0202030105	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA) OU PSA LIVRE OU PSA TOTAL	31	186
SIGTAP/SUS	0202030113	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	5	30
SIGTAP/SUS	0202030121	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	3	18
SIGTAP/SUS	0202030130	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	3	18

SIGTAP/SUS	0202030156	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030164	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030180	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030229	IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	2	12
SIGTAP/SUS	0202030253	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	1	6
SIGTAP/SUS	0202030261	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	1	6
SIGTAP/SUS	0202030270	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA DUPLA HÉLICE	4	24
SIGTAP/SUS	0202030296	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	60	360
SIGTAP/SUS	0202030326	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030342	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	1	6
SIGTAP/SUS	0202030350	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030369	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030458	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030474	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030563	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA (IFI)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030580	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	1	6
SIGTAP/SUS	0202030598	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINÚCLEO (FAN - FATOR ANTINÚCLEO)	14	84
SIGTAP/SUS	0202030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	12	72
SIGTAP/SUS	0202030644	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	59	354
SIGTAP/SUS	0202030733	PESQUISA DE ANTICORPOS HETERÓFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR (MONONUCLEOSE)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	8	48
SIGTAP/SUS	0202030768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	12	72
SIGTAP/SUS	0202030776	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI (CHAGAS)	1	6
SIGTAP/SUS	0202030784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG e IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL) / HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	7	42
SIGTAP/SUS	0202030806	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	4	24
SIGTAP/SUS	0202030814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBÉOLA	3	18
SIGTAP/SUS	0202030830	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	1	6
SIGTAP/SUS	0202030849	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	4	24
SIGTAP/SUS	0202030857	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	8	48
SIGTAP/SUS	0202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	21	126
SIGTAP/SUS	0202030890	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	5	30

SIGTAP/SUS	0202030911	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGM)	4	24
SIGTAP/SUS	0202030920	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBÉOLA	3	18
SIGTAP/SUS	0202030946	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	1	6
SIGTAP/SUS	0202030954	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	4	24
SIGTAP/SUS	0202030962	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIÓNARIO (CEA)	34	204
SIGTAP/SUS	0202030970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	59	354
SIGTAP/SUS	0202030989	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	1	6
SIGTAP/SUS	0202031110	TESTE NAO TREPONÊMICO P/DETECCAO DE SIFILIS (VDRL)	425	2.550
SIGTAP/SUS	0202031128	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNÓSTICO DA SIFILIS	1	6
SIGTAP/SUS	0202031136	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNÓSTICO DA SIFILIS	3	18
SIGTAP/SUS	0202031209	DOSAGEM DE TROPONINA	33	198
SIGTAP/SUS	0202031276	DOSAGEM DE ADENOSINA-DESAMINASE (ADA)	7	42
SIGTAP/SUS	0202031284	ANTIBETA 2 GLICOPROTEINA I - IGG	1	6
SIGTAP/SUS	0202031292	DOSAGEM DE ANTI-BETA-2-GLICOPROTEINA I - IGM	1	6
SIGTAP/SUS	0202040070	PESQUISA DE GORDURA FECAL	1	6
SIGTAP/SUS	0202040097	PESQUISA DE LEUCÓCITOS NAS FEZES	7	42
SIGTAP/SUS	0202040127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS / PARASITOLÓGICO DE FEZES	8	48
SIGTAP/SUS	0202040143	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	8	48
SIGTAP/SUS	0202050017	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	420	2.520
SIGTAP/SUS	0202050025	CLEARANCE DE CREATININA	18	108
SIGTAP/SUS	0202050092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	4	24
SIGTAP/SUS	0202050114	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	23	138
SIGTAP/SUS	0202050149	PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS NA URINA (POR CROMATOGRAFIA)	1	6
SIGTAP/SUS	0202050300	PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS 24 HORAS (POR ELETROFORESE)	1	6
SIGTAP/SUS	0202060080	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTRÓFICO (ACTH)	3	18
SIGTAP/SUS	0202060098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	1	6
SIGTAP/SUS	0202060128	DOSAGEM DE CALCITONINA	1	6
SIGTAP/SUS	0202060136	DOSAGEM DE CORTISOL (TODOS OS TIPOS DE COLETA)	1	6
SIGTAP/SUS	0202060160	DOSAGEM DE ESTRADIOL	1	6
SIGTAP/SUS	0202060217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	40	240
SIGTAP/SUS	0202060233	DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	1	6
SIGTAP/SUS	0202060241	DOSAGEM DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH)	1	6
SIGTAP/SUS	0202060250	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	96	576
SIGTAP/SUS	0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	3	18
SIGTAP/SUS	0202060276	DOSAGEM DE PARATORMÔNIO	5	30

SIGTAP/SUS	0202060306	DOSAGEM DE PROLACTINA	1	6
SIGTAP/SUS	0202060314	DOSAGEM DE RENINA	1	6
SIGTAP/SUS	0202060349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	1	6
SIGTAP/SUS	0202060365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	1	6
SIGTAP/SUS	0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	4	24
SIGTAP/SUS	0202060381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	25	150
SIGTAP/SUS	0202060390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	7	42
SIGTAP/SUS	0202070204	DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	1	6
SIGTAP/SUS	0202070255	DOSAGEM DE LITIO	1	6
SIGTAP/SUS	0202080013	ANTIBIOGRAMA	208	1.248
SIGTAP/SUS	0202080048	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	60	360
SIGTAP/SUS	0202080072	BACTERIOSCOPIA (COLORACAO DE GRAM)	360	2.160
SIGTAP/SUS	0202080080	CULTURA DE BACTÉRIAS P/ IDENTIFICACAO (CULTURA EM GERAL)	463	2.778
SIGTAP/SUS	0202080110	CULTURA PARA BAAR (MICOBACTÉRIA)	1	6
SIGTAP/SUS	0202080129	CULTURA PARA BACTÉRIAS ANAERÓBICAS	3	18
SIGTAP/SUS	0202080137	CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	40	240
SIGTAP/SUS	0202080145	EXAME MICROBIOLÓGICO A FRESCO (DIRETO)	9	54
SIGTAP/SUS	0202080242	PROVA CONFIRMATÓRIA DA PRESENÇA DE MICRO-ORGANISMOS COLIFORMES	80	480
SIGTAP/SUS	0202090051	CONTAGEM ESPECIFICA DE CÉLULAS NO LIQUOR	10	60
SIGTAP/SUS	0202090060	CONTAGEM GLOBAL DE CÉLULAS NO LIQUOR	10	60
SIGTAP/SUS	0202090124	DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	10	60
SIGTAP/SUS	0202090159	ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR (PESQUISA DE BANDAS OLIGOCLONAIIS)	1	6
SIGTAP/SUS	0202090302	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATÓIDE	1	6
SIGTAP/SUS	0202110117	DOSAGEM QUANTITATIVA DA ATIVIDADE DA BIOTINIDADE EM AMOSTRAS DE SORO	1	6
SIGTAP/SUS	0202110141	DOSAGEM DE CLORETO NO SUOR	1	6
SIGTAP/SUS	0202120082	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO) / FATOR RH/DU	3	18
SIGTAP/SUS	0202120090	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA) (COOMBS INDIRETO)	3	18
SIGTAP/SUS	0213010569	TESTE DE ELISA IGG P/ IDENTIFICACAO DO PARVOVIRUS (PARVOVIROSE)	1	6
CBHPM	40304906	DIMERO D, PESQUISA E/OU DOSAGEM	25	150
CBHPM	40305295	ERITROPOIETINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
CBHPM	40305341	GAD-AB-ANTIDESCARBOXILASE DO ACIDO, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
CBHPM	40306070	ANTI-JO1, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
CBHPM	40306097	ANTI-LKM-1, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
CBHPM	40306160	ANTICENTRÔMERO, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
CBHPM	40306330	ANTIMEMBRANA BASAL, PESQUISA	1	6
CBHPM	40306410	ANTINEUTRÓFILOS (ANCA) P, PESQUISA E/OU DOSAGEM	3	18



CBHPM	40306437	ANTIPEROXIDASE TIREOIDIANA, PESQUISA	1	6
CBHPM	40306461	AVIDEZ DE IGG PARA TOXOPLASMOSE, CITOMEGALIA, RUBÉLOA, EB E OUTROS, CADA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
CBHPM	40306682	CLOSTRIDIUM DIFFICILE, PESQUISA E/OU DOSAGEM , TOXINA A, B E ANTIGENO GDH	5	30
CBHPM	40308804	ANTICORPOS ANTI PEPTIDEO CITRULINADO CITRICO	1	6
CBHPM	40310256	HEMOCULTURA AUTOMATIZADA (POR AMOSTRA)	881	5.286
CBHPM	40311104	DISMORFISMO ERITROCITARIO, PESQUISA (CONTRASTE DE FASE) NA URINA	1	6
CBHPM	40311163	METANEFRIAS URINARIAS, DOSAGEM	1	6
CBHPM	40312135	PH - TORNASSOL, PESQUISA	7	42
CBHPM	40314227	TOXOPLASMOSE POR PCR, PESQUISA	1	6
CBHPM	40316084	ANTICORPO ANTI-RECEPTOR DE TSH (TRAB), DOSAGEM	1	6
CBHPM	40316378	MARCADORES TUMORAIS (CA 19-9, CA 125, CA 72-4, CA 15-3, ETC)	18	108
CBHPM	40306402	ANTINEUTRÓFILOS (ANCA) C, PESQUISA E/OU DOSAGEM	3	18
CBHPM	40309134	PESQUISA DE BANDAS OLIGOCLONAIIS POR ISOFOCALIZACAO	1	6
CBHPM	40314022	CITOMEGALOVIRUS - QUALITATIVO, POR PCR, PESQUISA	1	6
CBHPM	501080058	DOSAGEM DE TACROLIMO (EM PACIENTE TRANSPLANTADO)	1	6
Tabela SES	900024	HIV - CARGA VIRAL (COLETA E PREPARO DE AMOSTRA BIOLÓGICA) - LACEN)	1	6
<b>Total</b>			<b>19.628</b>	<b>117.768</b>